

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA POLÍTICA DE SÃO
PAULO
GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

EDUARDO RODRIGUES CAMPOS

O MODO PETISTA DE GOVERNAR E O GOVERNO MARÍLIA
CAMPOS NA CIDADE DE CONTAGEM

Contagem
2014

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA POLÍTICA DE SÃO
PAULO
GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

EDUARDO RODRIGUES CAMPOS

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado à Banca Examinadora da
Fundação Escola de Sociologia Política de
São Paulo, para a obtenção do título de pós-
graduado em Gestão e Políticas Públicas.

Orientadora Livia Lima

Contagem
2014

Autor: Eduardo Rodrigues Campos

O MODO PETISTA DE GOVERNAR E O GOVERNO MARÍLIA
CAMPOS NA CIDADE DE CONTAGEM

Conceito:

Banca Examinadora:

Professor(a):

Assinatura:

Professor(a):

Assinatura:

Professor(a):

Assinatura:

Data da aprovação: ___/___/___

Dedico este trabalho à minha esposa, sempre companheira, que muito me apoiou para a realização deste Curso e compreendeu os períodos em que estive ausente, sobretudo para o acompanhamento das aulas presenciais em São Paulo. Aos meus companheiros de escritório Márcio e Lindomar Gomes à toda à minha família, principalmente ao meu velho pai, Sr. José Gonçalves que me ensinou desde de pequeno a admirar e gostar do Partido dos Trabalhadores.

O Estado nada mais é do que uma mãe, e a mãe sempre vai dar mais atenção ao filho mais fraquinho.

(Luiz Inácio Lula da Silva)

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é traçar um panorama bastante breve da gestão da petista Marília Campos no Município de Contagem durante os anos de 2005 a 2012. A partir da demonstração de vários dados captados nas diversas Secretarias de Governo, pretendemos apresentar um contraponto entre um grande programa de obras e serviços implementados na Cidade, que melhorou substancialmente a vida de grande parte da população, sobretudo das pessoas mais carentes ante a quase absoluta ausência de políticas públicas que marcou os governos anteriores. Buscaremos demonstrar com substanciosos elementos que um novo jeito de se fazer política foi inaugurado em Contagem, baseado em duas premissas basilares, a construção de uma agenda de Governo a partir da interlocução com os diversos setores da sociedade civil organizada, através do alargamento do conceito de democracia participativa e o emprego dos recursos provenientes do erário exclusivamente na consecução dos verdadeiros fins que devem nortear as atividades do Estado, enquanto agente promotor do desenvolvimento econômico e social, ao contrário do Estado patrimonialista, que tem como fim precípua a manutenção dos privilégios de uma minoria detentora dos meios de produção.

Palavras chave: Democracia participativa; responsabilidade na gestão; desenvolvimento social e econômico.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de desenvolvimento de Contagem nos anos de 2000 a 2010	16
Tabela 2 – Investimentos públicos concluídos ou em andamento em Contagem	18
Tabela 3 – Evolução da Dívida, amortização e juros entre 2004/2012 – em R\$ milhões	19
Tabela 4 – Ranking do saneamento das 20 melhores cidades	24
Tabela 5 – Programa de regularização fundiária em Contagem de 2005 a 2012.....	27
Tabela 6 – Quantidade de servidores por tipo de vínculo (2005 a 2012).....	29
Tabela 7 – Evolução das despesas e percentual da receita corrente líquida – em milhares de reais – 2004 a 2012	30
Tabela 8 – Obras definidas pelo Orçamento Participativo	33

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NOS PRIMEIROS ANOS DE MANDATO E A REELEIÇÃO DE MARÍLIA	11
3. MELHORIA DO CENÁRIO ECONÔMICO NO GOVERNO MARÍLIA E O REEQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS.....	15
4. O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E URBANO NO GOVERNO MARÍLIA	21
4.1- Revitalização de espaços públicos	22
4.2- Recuperação de áreas de risco	22
4.3- Melhoria na prestação de serviços públicos por meio de melhorias das condições dos servidores	28
5. A GESTÃO DEMOCRÁTICA-POPULAR NO GOVERNO MARÍLIA CAMPOS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL	31
6. CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por aspecto mais elementar fazer uma abordagem *an passant* da experiência petista na administração do Município de Contagem, o segundo mais importante do Estado de Minas Gerais e que está localizado na região metropolitana de Belo Horizonte. Em razão de sua privilegiada localização geográfica, eis que é cortado por três das principais rodovias federais, BRs 040, 381e 262, Contagem já foi outrora uma região altamente industrializada, com o segundo maior PIB do Estado mineiro, contudo, as políticas retrógradas levadas a cabo por duas grandes oligarquias que governaram a Cidade durante mais de quatro décadas, levaram a economia local ao recrudescimento, que resultaram na perda deste posto para o Município de Uberlândia, no triângulo mineiro e a vizinha Betim.

Apesar de ser uma Cidade de característica operária, em razão do forte traço de industrialização e que chegou a ser referência de resistência ao regime de exceção implantado em nosso País, com a famosa greve de março de 1968¹, Contagem nunca tinha sido governada por administrações de viés progressistas, mesmo depois de inúmeras tentativas de chegar ao poder por meio das candidaturas do Deputado Federal Nilmário Miranda, do Deputado Estadual Durval Ângelo e da à época Deputada Estadual e ex-vereadora do Município Marília Campos, que após perder para o peemedebista Newton Cardoso a corrida à sucessão municipal no ano de 1996, acabou sagrando-se vencedora nas eleições de 2004 e 2008, derrotando o tucano Ademir Lucas e implementando na Cidade de Contagem um projeto de governo popular jamais antes experimentado, levando ao conjunto da sociedade contagense de mais de 600 mil habitantes, um dos mais exitosos projetos do modo petista de governar.

Contagem se livrou de um círculo vicioso consagrado no seio de sua conservadora sociedade baseada em algumas famílias tradicionais, que sustentavam ora uma candidatura tucana, normalmente personificada na pessoa do

¹ A greve de Contagem – Em março de 1968 a presença de nada menos que dois mil trabalhadores durante a criação do Comitê Intersindical Anti-arrocho em Minas Gerais deixou clara a disposição de luta da classe operária mineira. Poucos dias depois eclodiu em Contagem, um dos principais centros industriais do Estado, o primeiro grande movimento de resistência dos operários à política econômica do regime.

A greve começou no dia 16 de abril, quando pararam 1200 trabalhadores da siderurgica Belgo-Mineira. A reivindicação era de aumento imediato de 25% nos salários, mas os patrões limitavam-se a oferecer apenas 10% que, ainda por cima, seria descontado na data-base. (FORÇA SINDICAL. São Paulo. Homepage. Disponível em:http://www.fsindical.org.br/portal/institucional.php?id_con=9438. Acesso em: 9 abr. 2014)

ex-prefeito Ademir Lucas, ora uma candidatura que tinha o seu maior expoente o ex-governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, que mantiveram por longos anos as suas popularidades por meio de governos clientelistas e populistas, seja através de políticas desordenadas de habitação, ou de desonerações fiscais, com a isenção de pagamento de IPTU residencial, que propiciaram um progressivo crescimento das desigualdades sociais e o desequilíbrio das contas públicas.

O que buscaremos abordar de maneira sucinta no presente Trabalho de Conclusão de Curso é o rompimento com um paradigma ultrapassado de governo em nosso Município que sempre reproduziu o modelo capitalista baseado na concentração de poder e dinheiro nas mãos de poucos, à custa da espoliação da classe trabalhadora. Apontaremos alguns avanços em vários setores estratégicos ocorridos a partir de políticas corretamente aplicadas e com responsabilidade e respeito ao erário, que levaram a ex-prefeita Marília Campos a experimentar altíssimos índices de popularidade e ter sido considerado por especialistas como a maior prefeita da centenária Cidade de Contagem. Como subsídio para os argumentos lançados neste trabalho, nos valeremos de material elaborado pelo economista e militante petista, José Prata Araújo, que fez um balanço dos oito anos do Governo Marília à frente da Prefeitura de Contagem.

As duas gestões de Marília Campos realizaram um grande sonho da esquerda mineira de ser protagonista de grandes transformações sociais em uma das Cidades mais operárias do Estado, o que acabou sendo levado a cabo por meio de governos de coalizão, deste modo, recolocando a Cidade no rumo do crescimento e do desenvolvimento econômico, social e sustentável.

2. AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NOS PRIMEIROS ANOS DE MANDATO E A REELEIÇÃO DE MARÍLIA

Todo novo governo que é eleito proporciona em uma considerável parcela da população uma grande expectativa, muitas das vezes pela frustração com a administração anterior, que teve o seu projeto político interrompido por estar em descompasso com as aspirações dos administrados, daí a opção pela escolha de um projeto novo.

Em Contagem a situação não foi diferente, após décadas de governos neoliberais do PMDB e do PSDB e seus aliados, que sucatearam os serviços públicos e provocaram um crescimento acentuado das desigualdades sociais, a petista Marília Campos foi eleita como a primeira mulher prefeita do importante Município mineiro em 100 anos de história, com uma enorme responsabilidade de melhorar os péssimos indicadores do Município nas áreas da saúde, educação, habitação, saneamento básico, dentre outros, fruto do completo descaso e da total falta de investimentos em áreas prioritárias por seus antecessores. A vitória de Marília no segundo turno das eleições municipais de 2004 foi esmagadora, alcançando 183.515 votos (59,71 %), contra 123.831 votos (40,29) do tucano Ademir Lucas.

Os dois primeiros anos do Governo de Marília foram extremamente complicados, resultado da péssima situação em que se encontravam as finanças públicas, o que a impossibilitava de fazer os investimentos tão aguardados pela população que depositou na prefeita as suas esperanças. A prefeita petista por diversas vezes foi hostilizada nos locais públicos que frequentava, além de ter enfrentado inúmeras greves de servidores públicos e até mesmo pressão de seus próprios aliados políticos, muitos dos quais a abandonaram, situações que elevaram o seu índice de rejeição para mais de 60%, o que praticamente inviabilizava a continuidade do seu governo e colocava na berlinda seus planos para um segundo mandato.

No entanto, com a sua sensibilidade de mulher, intuição política, conhecimento da Cidade e com aquele jeito tipicamente mineiro de trabalhar calado, Marília organizou a casa, transformando dificuldades em grandes oportunidades, conseguindo com um rosário de medidas pontuais e bem sucedidas reequilibrar as

contas públicas do Município, para, a partir de então, começar a implementar as políticas públicas que deram o tom do seu discurso de candidata e que estavam presentes no seu programa de governo.

Para romper com as imensas dificuldades apresentadas, a prefeita Marília Campos dedicou-se integralmente às coisas de Contagem, concentrando o seu pensamento e as suas ações na resolução dos enormes problemas locais, relegando a um segundo plano a sua presença em outros eventos institucionais no Estado de Minas Gerais, no País e no exterior, com a perspectiva extraída de um ditado conhecido de que “*o olho do dono é que engorda o gado*”. Além do mais, seguindo o exemplo de governos petistas bem sucedidos, como o de Elói Pietá, ex-prefeito do Município de Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo, que lhe serviu como inspiração, ao invés de eleger como prioridades de governo aquelas três áreas tradicionais, saúde, educação e segurança pública, Marília incluiu mais sete áreas que seriam objeto de elaboração de políticas públicas, a saber, desenvolvimento econômico, geração de empregos, saneamento básico, pavimentação de ruas e avenidas, habitação, mobilidade urbana e requalificação dos espaços públicos, totalizando dez áreas estratégicas que se tornaram os pilares do seu governo. Para levar a bom termo a agenda de prioridades para Contagem, foi instituído o Orçamento Participativo, inaugurando uma forma inédita de participação da população contagense na definição das prioridades de governo, ampliando a democracia participativa, algo nunca antes ocorrido na Cidade e foram instituídos Conselhos Municipais em várias áreas temáticas estratégicas.

Todo este conjunto de ações implementadas pela prefeita Marília Campos lhe devolveram a confiança da população, possibilitando a recuperação de prestígio político para encerrar o primeiro mandato e ser reconduzida para mais quatro anos de governo, derrotando, mais uma vez o tucano Ademir Lucas com expressivos 174.198 votos (56%) contra 132.066 votos (43%) do seu oponente, totalizando, portanto, 8 anos de administração petista em Contagem com a implementação de uma ampla agenda política que humanizou e desenvolveu o Município, com isso, melhorando substancialmente a vida dos contagenses, uma experiência do “*modo petista de governar*” que serve como paradigma de como o gestor deve cuidar da coisa pública e buscar o bem comum, deixando de lado projetos pessoais e oportunismos que atendam a interesses mesquinhos de uma minoria que

tradicionalmente sempre beneficiou-se do poder político. Felizmente os governos progressistas do PT estão aos poucos rompendo com estes grilhões que nos prendem a um passado sombrio e inaugurando um jeito novo de fazer política e de fazer com que todo o aparato estatal seja mobilizado para atender às necessidades de seus representados, razão maior da sua constituição.

Mais importante do que ter recuperado o seu prestígio político é a ex-prefeita Marília ter conseguido a proeza de reavivar nos cidadãos contagenses o seu orgulho de morar no Município. O economista José Prata Araújo, que desenvolveu um aprofundado estudo sobre os oito anos da gestão da petista à frente da Prefeitura de Contagem ressalta que:

Os dados indicam que era muito elevada a satisfação de morar em Contagem. Cerca de 75% dos cidadãos e cidadãs afirmaram que eram satisfeitos com a cidade, 17% se declararam indiferentes e apenas 9% eram insatisfeitos. Esses percentuais eram distribuídos de forma bastante homogênea. O sentimento de satisfação era liderado pelos moradores da região de Nova Contagem (82%), seguido do Industrial (79%), Ressaca (79%), Eldorado (78%), Água Branca (76%), Riacho (74%), Sede/Petrolândia (71%) e Nacional (58%). (ARAÚJO, 2013, p. 9)

Outra característica singular do Governo Marília foi a disputa pela hegemonia política, desta feita sem uma visão estreita, burocrática e de aparelhamento da máquina pública. Neste contexto, antigas práticas clientelistas foram abolidas por um conjunto de políticas públicas universais, sob a perspectiva de um tratamento igualitário a todos os cidadãos, sem qualquer favorecimento político, tudo na intenção de acelerar o crescimento social e econômico do Município. Estas práticas de gestão pública se tornaram o sustentáculo do governo, tendo forjado as bases para a reeleição da petista, indispensável para a construção de um projeto de administração progressista no Município de Contagem, se tornando, outrossim, uma trincheira de resistência ao retrocesso político e social representado pelas candidaturas peemedebista e tucana.

Nos capítulos que se seguem procuraremos abordar algumas das áreas estratégicas que receberam consideráveis investimentos públicos, e, assim, recolocaram a Cidade de Contagem no trilho do crescimento econômico, social e sustentável. Analisaremos uma série de políticas sociais que propiciaram uma melhoria na prestação de serviços aos cidadãos, geração de empregos, recuperação das finanças públicas, tudo com transparência administrativa, possibilitando que a população tivesse acesso a todas as receitas e gastos do

Governo, assim como está prescrito no art. 37, da Constituição da República Federativa do Brasil².

² A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...) (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, 1988)

3. MELHORIA DO CENÁRIO ECONÔMICO NO GOVERNO MARÍLIA E O REEQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

Uma característica marcante dos oito anos da administração de Marília Campos foi a sua manifesta intenção de governar para todos os contagenses, independentemente de agremiação partidária ou de ter o eleitor votado ou não nela. Desta forma, Marília e sua equipe de governo mobilizaram uma força tarefa que resultou em um grande conjunto de obras em todas as oito regiões da Cidade, Nova Contagem, Ressaca, Nacional, Petrolândia, Industrial, Riacho, Eldorado e Sede. Através da parceria com os governos Estadual e Federal, conseguiu aportar consideráveis recursos para variados investimentos, priorizando as áreas mais pobres do Município, onde residia a população mais vulnerável e abandonada à própria sorte pelas administrações anteriores. Com o tempo, o que se viu foi uma significativa redução das desigualdades regionais presentes no Município de Contagem, impactando diretamente no alto desenvolvimento municipal, medido pelo IFDM³.

Pela análise dos números do IFDM para o Município de Contagem, percebemos a retomada do crescimento econômico, após décadas de retração econômica e subdesenvolvimento, tudo graças ao projeto de inclusão social iniciado já no primeiro ano do Governo Lula, continuado por Dilma e adaptado à realidade local. A evolução do cenário econômico e social em Contagem “*salta aos olhos*”. Em 2000, quando Contagem era governada pelos tucanos, o IFDM do Município era de apenas 0.6940; já em 2005, no primeiro ano do Governo Marília, o índice teve significativa melhora e saltou para 0.7979. Entre os anos de 2006 e 2010, Contagem passou a compor o rol de Municípios considerados de alto desenvolvimento, uma vez que atingiu índice superior a 0.8. A evolução de Contagem foi tão significativa que no ano 2000, ocupava somente a 488ª colocação no ranking nacional e 23ª no ranking estadual, como Município mais desenvolvido. Após o início do Governo da petista, Contagem alcançou elevado índice de desenvolvimento, que atingiu o seu pico no ano de 2010, quando alcançou a 156ª e 12ª posições respectivamente nos

³ Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, que mede a qualidade de vida dos estados e municípios com base em dados relativos às três principais áreas de desenvolvimento: Emprego e Renda, Educação e Saúde. (WIKIPÉDIA. Homepage. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_unidades_federativas_do_Brasil_por_IFDM. Acesso em 10 abr. 2014)

planos nacional e estadual, sendo que as três áreas analisadas atingiram índices considerados altos de desenvolvimento, o que indica um crescimento equilibrado e homogêneo do Município.

O quadro a seguir apresenta os números do avanço de Contagem no desenvolvimento entre os anos de 2000 e 2010, o que reforça a importância das ações de Marília Campos empreendidas nas mais diferentes áreas do Município.

Tabela 1- Índice de desenvolvimento de Contagem nos anos de 2000 a 2010

Ano	IFDM	Saúde	Educação	Emprego e renda	Ranking nacional	Ranking estadual
2000	0.6940	0.7611	0.6344	0.6863	488	23
2005	0.7979	0.8201	0.7228	0.8510	234	14
2006	0.8220	0.8356	0.7189	0.9115	155	7
2007	0.8060	0.8457	0.7408	0.8314	206	12
2008	0.8109	0.8530	0.7496	0.8300	221	13
2009	0.8091	0.8623	0.7778	0.7873	202	15
2010	0.8407	0.8687	0.8027	0.8507	156	12

Fonte: IFDM/Firjan

Contagem passou a viver após os primeiros anos do governo petista, um período de notória prosperidade econômica, com crescimento do Produto Interno Bruto, que é a soma de todas as riquezas produzidas no Município. A economia passou a crescer acima das médias estadual e federal, com a retomada do posto de terceiro Município mineiro neste quesito e o 24º no Brasil. No campo do trabalho e emprego, cerca de 70 mil postos de ocupação formais foram gerados nos oito anos de governo, mais de 10% do total da população total da Cidade, o que refletiu na melhoria das condições de vida de milhares de famílias que entraram no mercado de consumo e passaram a ter acesso à crediários e linhas de financiamento, sobretudo para participar de programas sociais do Governos Federal como o “*Minha Casa, Minha Vida*” e o “*Minha Casa Melhor*”.

Outro fato importante que impulsionou o crescimento da economia e a geração de empregos formais foi a grande quantidade de empreendimentos que foram instalados na Cidade, frutos de uma política fiscal austera e que incentivou a chegada de importantes empresas no Município, sem contar a localização privilegiada, já que Contagem é interceptada por três importantes rodovias federais, BRs 040, 381 e 262, que facilitam a rota aos principais polos econômicos do Brasil. Um grande exemplo de empreendimento edificado foi o *Shopping Contagem*, na

região do Bairro Ressaca, uma alternativa de lazer e compras para os moradores daquela localidade, também aqueles da região da Pampulha, que pertence à Belo Horizonte. Além deste empreendimento, a construção de um Centro de Distribuição das Casas Bahia e o do Centro Empresarial de Contagem, injetaram cerca de R\$ 1 bilhão e 200 milhões de reais na economia contagense, com a geração de milhares de empregos diretos e venda de bens e produtos.

Todas estas ações devidamente articuladas com políticas públicas bem elaboradas e executadas, também contribuíram para que milhares de cidadãos contagenses permanecessem trabalhando na cidade, sem a necessidade de se deslocarem para Belo Horizonte, como tradicionalmente sempre ocorreu nas décadas anteriores. A partir de então, Contagem deu início a uma espécie de “*emancipação de fato*”, uma vez que, por causa do processo de conurbação, a Cidade cresceu à sombra da Capital mineira, um provincianismo que reduziu a autoestima da sua população e retardou o crescimento do Município, rotulado à época com a alcunha de “*Cidade dormitório*”⁴ para milhares de trabalhadores, que saíam para trabalhar e estudar na grande metrópole, por falta de oportunidades locais. Com a inversão deste processo, boa parte da população economicamente ativa passou a empregar a sua força de trabalho na Cidade de Contagem, também deixando no Município considerável parte das suas economias, o que ajudou a aquecer o mercado e impulsionar o crescimento econômico local.

Conforme já dito, foram empregados maciços recursos em diversas áreas sociais, tais como a saúde, a habitação, o saneamento básico, a educação, a pavimentação e a mobilidade urbana, com gastos estimados em cerca de R\$ 800 milhões de reais. Grande parte destes recursos foram empenhados para garantir a continuidade do desenvolvimento de Contagem, mesmo para o novo Governo que assumiu a gestão em 1º de janeiro de 2013, uma demonstração de que Marília foi

⁴ Cidade-dormitório é uma designação usada para se referir a aglomerados urbanos surgidos nos arredores de uma grande cidade tipicamente para servir de moradia a trabalhadores da cidade-núcleo da região. Geralmente, a divisão entre subúrbios e cidades-dormitórios é imprecisa, devido à conurbação das cidades. Cidades-dormitórios costumam estar ligadas por meios de transporte de massa aos locais de trabalho da maioria de seus residentes.

Um resumo da definição "cidade-dormitório" pode ser o seguinte: cidades-dormitório são aquelas em que as atividades existentes não são suficientes para empregar e fixar a sua população ativa, o que leva a maioria dos moradores a se deslocarem diariamente para a cidade mais próxima (em geral, a capital do estado ou uma cidade populosa) para, aí, exercer a sua profissão. (WIKIPÉDIA. Homepage. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_dormit%C3%B3rio. Acesso em 10 abr. 2014)

uma grande gestora pública, que governou para além do seu mandato, sempre preocupada com a situação da população mais pobre, que mais se beneficiou com a implantação do seu projeto progressista.

Araújo (2013) fez um apanhado de todos os grandes investimentos públicos realizados pela administração da prefeita petista, destacando a construção do Hospital Materno Infantil, o novo Pronto Socorro Municipal, sete conjuntos habitacionais, várias obras de saneamento básico, dentre outros, conforme quadro que se segue.

Tabela 2 - Investimentos públicos concluídos ou em andamento em Contagem

Áreas	Investimentos
Desenvolvimento econômico	Dois grandes empreendimentos em construção: Shopping Contagem e CD das Casas Bahia, e o Centro Empresarial de Contagem – Cecon, em fase de licenciamento
Saúde	Em construção: novo Hospital Materno Infantil – HMI (Maternidade); novo Pronto Socorro; seis novas UBS; CCE Ressaca; adaptação do anexo do Hospital para novos leitos
Conjuntos habitacionais	Sete conjuntos habitacionais com obras em andamento (530 apartamentos) e 13 conjuntos com recursos garantidos (1.200 apartamentos)
Obras em áreas de risco	Obras em três vilas e mais de R\$ 40 milhões para a ampliação do Programa
Regularização fundiária	Cerca de mil imóveis, sobretudo na região Nacional
Lazer e esportes	Um parque em construção e mais três com recursos assegurados
Saneamento básico	Sete grandes obras de saneamento de córregos em andamento, dentre elas as do córrego Retiro e Ribeirão Arrudas, e das Avenidas Imbiruçu e Nacional; também em andamento três obras de drenagem e conclusão da rede de esgotos na Sede e Vargem das Flores. Com recursos garantidos: 26 obras de saneamento do Programa Pampulha – 2014; duas obras do PAC2: Vila Rica e Austríacos; drenagem e controle de cheias do córrego Ferrugem
Educação	Sete Cemeis com obras em andamento e sete em processo de análise no Ministério da Educação; três escolas de ensino fundamental/educação profissional; Cefet
Pavimentação	Mais de 100 ruas e becos com obras avançadas na região de Nova Contagem e do Nacional; recursos para o recapeamento asfáltico do encontro da Tereza Cristina
Mobilidade urbana	Avenida Tereza Cristina com obras quase concluídas; novas estações do Metrô já garantidas no Novo Eldorado e na região Industrial; e PAC Mobilidade em negociação com o governo federal: construção de quatro corredores de BRT; construção de cinco terminais de integração; cinco novos viadutos; cinco ampliações de viadutos e conclusão do Contorno Viário da Sede

Outro importante indicador da melhoria das finanças do Município de Contagem foi a redução expressiva da dívida pública, de 125,5% antes do mandato da petista, para cerca de 46,5% ao término dos oito anos de seu governo. Tudo isso se deu, principalmente, com a reestruturação de contratos e o aumento da receita corrente líquida algo em torno de 161% de 2004 à 2012. A Dívida Consolidada Líquida foi reduzida de R\$ 403,469 milhões para R\$ 340,204 milhões no mesmo período, possibilitando que Contagem recuperasse a sua capacidade de endividamento, que é de 120% da Receita Corrente Líquida. A prefeita do centenário de Contagem, por meio de estratégias de gestão implementou formas de renegociação da dívida pública do Município, na perspectiva de melhorar a capacidade de contrair empréstimos para investimentos necessários. Conforme Araújo (2013):

A prefeita Marília Campos buscou alternativas de renegociação da dívida municipal. Como estratégia para reduzir o endividamento e diminuir os altos encargos sobre a dívida, a Prefeitura de Contagem conseguiu financiamento externo de US\$ 20 milhões, equivalente a 20% da dívida com o Banco do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento – CAF, a uma taxa de juros 2,8% ao ano e 18 meses de carência. A amortização dessa parcela da dívida junto ao Banco do Brasil proporcionará uma redução na taxa de juros original de 9% para 6% ao ano no restante da dívida. Outra alternativa já foi sinalizada pelo Ministério da Fazenda, que é a manutenção dos contratos com estados e municípios, mas limitando os juros e encargos da dívida à taxa Selic ou IPCA mais 4% ao ano, o que for menor. Isso será vantajoso para Contagem, já que em 2012, por exemplo, a taxa Selic fechou em 7,25% ao ano, contra 17,82% do atual indexador (IGP-DI mais 9% ao ano). Esta operação de troca de uma dívida cara por outra barata reduzirá o endividamento do Município e proporcionará uma economia de R\$ 6 milhões por ano no pagamento de amortização e juros da dívida.

O quadro a seguir demonstra o crescimento da Receita Corrente Líquida do Município e a amortização da dívida pública nos 8 anos do Governo Marília, melhorando as contas públicas do Município de Contagem e propiciando a celebração de convênios, principalmente com repasses do PAC, para grandes obras de mobilidade urbana e saneamento básico.

Tabela 3- Evolução da Dívida, amortização e juros entre 2004/2012 – em R\$ milhões

Ano	Receita Corrente	Dívida Consolidada	DC enquanto %da RCL	Meses de arrecadação necessárias para pagamento	Amortização da dívida e juros	Amortização e juros enquanto percentual da RCL

				da Dívida Consolidada		
2004	393.144	494.489	125,5	15,06	33.275	8,46
2005	445.808	525.202	117,8	14,14	43.087	9,66
2006	501.763	543.543	108,3	13,00	47.418	9,45
2007	564.241	545.584	96,7	11,60	45.063	7,99
2008	666.381	502.772	75,4	8,98	48.638	7,25
2009	680.277	487.354	71,6	8,60	46.440	6,82
2010	809.054	469.235	58,0	6,96	54.428	6,72
2011	901.792	475.256	52,7	6,32	56.322	6,24
2012	1.024.434	476.850	46,5	5,58	60.738	5,93

Fonte: Sefaz/PMC

Marília fez um grande esforço administrativo para organizar as coisas em Contagem, realizou concursos públicos, propiciando que o ingresso no serviço público se desse tal como previsto na Constituição e não por meio de favorecimentos e compadrios que marcaram os governos que lhe precederam. Recuperou o crédito junto ao governo federal, para que pudesse se valer de recursos de convênios para grandes obras, mantendo em dia a Certidão Negativa de Débito e o Certificado de Regularidade Previdenciária. Reequipou os diversos órgãos da administração com equipamentos novos e modernos para melhorar a prestação de serviços e desenvolveu junto com profissionais de diversas áreas e sua equipe de governo, grandes projetos executivos, de sorte a viabilizar a realização de importantes obras estruturais ansiosamente aguardadas pela população durante muitos anos. Algumas dessas obras serão analisadas mais detidamente nos próximos capítulos deste trabalho.

4. O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E URBANO NO GOVERNO MARÍLIA

Contagem ao longo de sua história se notabilizou por ser uma Cidade altamente industrializada que se formou à sombra do grande centro metropolitano, no caso, a Capital do Estado de Minas Gerais, que é Belo Horizonte. Em razão destas questões, o espaço urbano do Município foi forjado sem qualquer planejamento, infraestrutura urbana e com importantes problemas ambientais, que não foram enfrentados pelos Governos que precederam à administração de Marília Campos.

A Lei Municipal nº 2760/95, que institui o Plano Diretor foi concebida pelo Legislativo local com a difícil tarefa de promover a integração das diversas áreas que formavam o vasto território do Município, com melhoria das condições urbanísticas e também ambientais, mediante a implementação de diversas ações de governo envolvendo principalmente, a remodelação de um novo sistema viário, investimentos nas áreas habitadas pela população de baixa renda, preservação dos abundantes recursos ambientais, regularização fundiária, pavimentação de ruas e avenidas, construção de avenidas sanitárias e revitalização de áreas de preservação e mananciais, sobretudo, a bacia de Vargem das Flores, uma das mais importantes da região metropolitana. Estes eixos estratégicos de atuação deram azo à instituição do novo Plano Diretor Municipal, por meio da Lei Complementar nº 033/06⁵, a partir de premissas extraídas da I Conferência de Política Urbana, marco importante para se resolver a questão do uso e ocupação adequada do solo do Município.

Segundo ARAÚJO (2013), o novo Plano Diretor tinha como meta tornar o Município de Contagem um lugar no qual houvesse um ambiente equilibrado e com habitações mais bem estruturadas. Para tanto, o referido diploma legal propunha:

(...) contenção da expansão da expansão urbana para inibir a tendência de dispersão da cidade, adensamento diferenciado por bacias hidrográficas, condições de saneamento básico e acessibilidade das áreas, com cuidados especiais para a bacia de Vargem das Flores e parte da bacia da Pampulha (sub-bacia do Bom Jesus); multiplicidade de usos em toda a cidade, assegurada a compatibilidade entre moradia e usos não residenciais; articulação da cidade a partir dos centros do Eldorado, Sede, Industrial, Ressaca e Petrolândia; complementação e melhoria do sistema viário, para

⁵ Art. 1º O Plano Diretor de Contagem é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do Município e de orientação da atuação da administração pública e da iniciativa privada em seu território. (CONTAGEM. Lei Complementar nº 33 de 26 de dezembro de 2006. Institui o Plano Diretor do Município de Contagem e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Contagem, MG, 29 dez. 2006. Poder Executivo.)

melhor articular as regiões de Contagem internamente e entre si; prioridade para as áreas de risco, favelas e bolsões de pobreza, notadamente na região de Nova Contagem, nas ações de melhoria das condições urbanísticas e ambientais; ampliação e requalificação dos espaços públicos e valorização dos referenciais simbólicos da cidade, com ênfase na Cidade Industrial e no Centro do Eldorado.

4.1- Revitalização de espaços públicos

A partir do momento em que as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor passaram a ser implementadas, Contagem se transformou em um verdadeiro canteiro de obras por todas as regiões da Cidade. Na região do Bairro Eldorado, foram revitalizadas, a Avenida João César de Oliveira, uma das principais vias públicas, por onde trafegam milhares de veículos diariamente, o que favoreceu a mobilidade urbana por aquele logradouro público. Também foram reformadas as principais praças, casos da Praça Paulo Pinheiro Chagas e Praça da Glória, esta que passou a abrigar nos últimos anos grandes eventos culturais.

Para melhorar a ligação entre o Bairro Eldorado com o vizinho Riacho, foram investidos volumosos recursos nas melhorias nas Avenidas Olímpio Garcia e Francisco Firmo de Matos, dois outros importantes corredores públicos que interligam duas importantes regiões da Cidade.

Na região do Industrial, destaque para investimentos para a melhoria da Rua Tiradentes, com a instalação de diversos equipamentos públicos. Na região da sede, além de recuperação de edifícios públicos com valor histórico, a construção da Praça da Jabuticaba e a revitalização da Praça Tancredo Neves, onde se localiza o prédio sede da Prefeitura, deram aos contagenses a opção de novos espaços de lazer.

A construção dos Parques, Urbano Linear do Sarandi, Tropical, Sapucaia, do Carajás e do Vale das Amendoeiras, melhoraram as condições dos moradores das regiões do Ressaca, Petrolândia e Nacional, que passaram a contar com novas opções de prática de esporte e lazer para todas as faixas etárias e uma consequente melhoria nas condições de vida destas pessoas.

4.2- Recuperação de áreas de risco

As periferias do Município ganharam um tratamento diferenciado por parte da petista, a partir das diretrizes estabelecidas no Plano Diretor, que previa uma

disciplina específica para a Política Municipal de Habitação de Interesse Social, com base na premissa de que as pessoas, sobretudo aquelas de baixa renda têm direito ao acesso à moradia com boas condições, conforme prescreve a Constituição Federal⁶.

A partir da implementação do Plano Diretor, foram executadas várias ações tendo como prioridade a prevenção, o monitoramento e a mitigação de assentamentos, sobretudo aqueles edificados em áreas de risco geológico⁷. Várias obras públicas foram realizadas nos Bairros Perobas, Boa Vista e Bandeirantes, sobretudo ligadas à urbanização de vilas e aglomerados. Milhares de famílias removidas das áreas de risco foram instaladas em diversos conjuntos habitacionais edificados com o auxílio de verbas egressas do Governo Federal, principalmente de recursos provenientes do PAC.

A construção de redes de esgoto, o saneamento de córregos, a drenagem e a pavimentação de vias públicas foram outros exemplos de ações pontuais que beneficiaram diretamente a população das áreas de risco, que não precisaram ser removidas de suas residências.

A requalificação dos espaços públicos, uma outra importante marca dos oito anos de administração de Marília Campos propiciou a democratização do direito ao lazer, tendo em vista que vários equipamentos públicos foram disponibilizados à população, seja nos novos espaços que foram edificados ou naqueles outros revitalizados, com destaque para as “Academias da Cidade”, implantadas ao ar livre, em praças e diversos outros logradouros públicos, que se tornaram importantes alternativas de prática de esporte e de lazer para os contagenses. Ao todo foram

⁶ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, **a moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010) (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, 1988)

⁷ O risco geológico está associado aos fenômenos geológicos inerentes à estrutura do planeta Terra e aos níveis de probabilidade de um acidente geológico ocorrer na crosta terrestre. Esses acidentes podem gerar perdas naturais e humanas.

O risco geológico é parte de um risco natural mais abrangente, como por exemplo, uma forte chuva torrencial pode causar enchentes (risco natural) que poderá se desdobrar em avalanches (risco geológico); se na mesma área houver uma mina sendo explorada, a chuva poderá poluir os rios da região ao invadir as minas e trazer à tona todos os metais pesados da mina causando um iminente risco ambiental.

Um risco geológico e natural também pode ser causado pela má construção de moradias e infraestruturas de estradas e fundações. O nível geológica de determinada região sofre influências da densidade populacional, da tecnologia utilizada e da organização sociocultural do lugar. (INFOESCOLA. Homepage. Disponível em: <http://www.infoescola.com/geologia/risco-geologico/>. Acesso em 23 abr. 2014)

construídas ou reformadas cerca de 130 praças em Contagem, em todas as oito regiões da Cidade, que se tornaram locais de descanso e de prática de atividades pelas famílias.

No quesito saneamento básico, nenhum outro governante fez tantos investimentos quanto Marília, que em parceria com a Companhia de Saneamento e Abastecimento de Minas Gerais, concessionária estadual do serviço de água e esgoto e com o Governo Federal, por meio de liberação de recursos do PAC1 realizou o maior programa de saneamento de córregos, esgotamento sanitário, drenagem e urbanização do centenário Município. De se destacar, o saneamento ambiental do Ribeirão Arrudas e as obras do Córrego Retiro, na região de Nova Contagem. Outro avanço se deu na ampliação da rede de coleta de esgoto nas residências, que beneficiou diretamente 13 mil famílias, principalmente nas regiões da Sede, Nacional e Vargem das Flores, tendo as ligações de esgoto passado de 100.474 para 151.831 durante os oito anos de mandato, um crescimento considerável, reflexo dos volumosos investimentos de recursos públicos na área de saneamento.

Conforme estudo elaborado pelo Instituto Trata Brasil⁸, no ano de 2010, Contagem chegou a ocupar a 17ª posição no ranking como um dos melhores sistemas de saneamento básico do Brasil, num universo dos 100 maiores Municípios brasileiros, tendo avançado da 24ª colocação que ocupava em 2004, se encontrando à frente, inclusive do Município de São Paulo, que detém o 3º maior orçamento do Brasil. Os itens mais importantes observados pelo Instituto Trata Brasil foram os seguintes: 99,66% de atendimento no fornecimento de água tratada, 95% no atendimento total de esgotos e 51,35% de tratamento de esgoto por água consumida. Estes números refletiram bem os R\$ 51,680 milhões de investimentos nesta área. Veja a seguir, a Tabela que aponta as 20 Cidades mais bem colocadas no ranking.

Tabela 4- Ranking do saneamento das 20 melhores cidades

Ranking	Cidade	Nota total (máximo 10)
1	Santos	8,70

⁸ O Instituto Trata Brasil é uma OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – que tem como objetivo coordenar uma ampla mobilização nacional para que o País possa atingir a universalização do acesso à coleta e ao tratamento de esgoto. (TRATA BRASIL. Homepage. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/quem-somos>. Acesso em 23 abr. 2014)

2	Maringá	8,57
3	Franca	8,20
4	Uberlândia	8,17
5	Jundiaí	8,16
6	Sorocaba	7,99
7	Limeira	7,96
8	Uberaba	7,89
9	Niterói	7,82
10	Londrina	7,82
11	Brasília	7,72
12	Curitiba	7,72
13	Ribeirão Preto	7,51
14	Montes Claros	7,45
15	Ponta Grossa	7,40
16	Belo Horizonte	7,35
17	Contagem	7,16
18	São Paulo	7,03
19	Taubaté	6,99
20	São José do Rio Preto	6,92

Fonte: Instituto Trata Brasil/Ministério das Cidades

Ainda com vistas ao desenvolvimento urbano do Município de Contagem, por meio de recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento, a prefeitura elaborou um grande projeto de requalificação ambiental e controle de cheias da bacia do Córrego Ferrugem, nas regiões Industrial/Eldorado. Este projeto começou a ser executado no final do mandato da petista e promete perdurar pelos próximos anos, com investimentos da ordem de R\$ 400 milhões, com o benefício direto e indireto à quase 40 mil habitantes. Uma das importantes fases de implementação deste grandioso projeto é a retirada de milhares de moradores de áreas de risco, no caso, as vilas Canal, Samag e PTO – 2ª Seção. Serão construídas três bacias de retenção destinadas ao represamento das águas pluviais, que impactarão na redução das enchentes nos trechos mais baixos dos ribeirões do Ferrugem e Arrudas. O programa prevê, ainda, a desapropriação ou remanejamento de 1.550 famílias, sendo 816 famílias reassentadas em conjuntos habitacionais

edificados na própria região. Em toda a área urbanizada, vários equipamentos públicos serão instalados, tais como, três grandes praças. A implantação de vias urbanas em torno da bacia do Córrego Ferrugem, a recuperação de 20 hectares de áreas permeáveis, a recuperação e revitalização de Áreas de Preservação Permanente, a implantação de sistema de alerta de inundações, são exemplos de outras intervenções previstas no projeto executivo.

A enorme preocupação de Marília Campos com a destinação correta das toneladas de lixo produzidas em Contagem diariamente, acrescido à determinação legal de se acabar com os lixões e os aterros sanitários, prevista na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010⁹, levou-a a criação de um importante arranjo institucional juntamente com outras 49 administrações públicas municipais da região metropolitana de Belo Horizonte e o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio de convênio assinado em junho de 2012, cujo objeto é a gestão dos resíduos sólidos, de sorte que sejam eliminados de forma correta. Deste convênio foi gerado o Plano Metropolitano de Resíduos Sólidos da região Metropolitana de Belo Horizonte e Colar Metropolitano¹⁰. Reza o acordo que, parte da competência para cuidar da matéria passa ao Governo do Estado de Minas Gerais, que por meio de Parceria Público Privada fará o transbordo, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos. Neste aspecto, destaque-se, mais uma vez, a atuação da ex-prefeita petista, que preocupada com as gerações futuras articulou com os colegas prefeitos das Cidades vizinhas e conseguiu uma solução metropolitana para tão importante demanda, que pela sua natureza, seria impossível de ser resolvida isoladamente, haja vista os seus faraônicos custos. Dentro do arranjo metropolitano que foi pactuado pelos 49 entes signatários, 80% do custo da gestão dos resíduos ficará a cargo do Estado mineiro, sendo de somente 20% de contrapartida econômica dos Municípios, sem dúvida alguma, um grande negócio.

⁹ Lei Federal que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e que prescreve que os entes federados, Estados e Municípios têm até agosto de 2014 para criarem seus planos de gestão e destinação de resíduos sólidos, acabando com os lixões a céu aberto e aos aterros sanitários irregulares.

¹⁰ O PMRS estabelece os princípios, diretrizes e estratégias que orientarão a atuação do Estado e dos Municípios na implantação de sistemas sustentáveis de gestão de resíduos sólidos no âmbito da RMBH e Colar Metropolitano, de forma alinhada com as diretrizes colocadas no PDDI, no Plano de Regionalização para a Gestão Integrada dos RSU/Arranjos Territoriais Ótimos (ATOs) e no Plano Estadual de Coleta Seletiva – ambos elaborados pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) e lançados oficialmente em 2010 e 2011, respectivamente – fortalecendo, assim, os instrumentos instituídos pelas Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos. (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Homepage. Disponível em: http://www.metropolitana.mg.gov.br/system/attachments/146/original/2013_02_06_PLANO-ETROPOLITANO-RES%C3%84DUOS-S%C3%93LIDOSS_v20.pdf?1366984875. Acesso em 25 abr. 2014)

No quesito urbanização, outro grande programa implementado no Governo Marília foi a regularização fundiária, com benefício direito à quase 6 mil famílias, principalmente das regiões de Nova Contagem e Nacional, com a entrega dos registros de imóveis aos moradores. O efeito direto e conseqüente desta importante política pública foi o de garantir o direito de propriedade à milhares de famílias carentes do Município que só tinham a posse dos seus imóveis. A oferta de serviços públicos nas regiões contempladas e o crescimento organizado são outros benefícios gerados. A Tabela a seguir, mostra um diagnóstico das regiões e famílias beneficiadas pela política pública supramencionada.

Tabela 5- Programa de regularização fundiária em Contagem de 2005 a 2012

Bairros/Vilas	Lotes registrados	Famílias beneficiadas
Nova Contagem	3.403	5.000
Vila Itália	162	187
Sapucais I	425	425
Vila Vaquinha	71	87

Fonte: Secretaria Adjunta Habitação/PMC

A recuperação de vias públicas e a pavimentação foi outro importante programa de obras implementado em Contagem, que impulsionou o desenvolvimento urbano local, com mais de 329 logradouros recebendo investimentos. Outras 63 ruas localizadas em importantes corredores do Município receberam recapeamento. Muitas destas obras foram escolhidas pela própria população contagense, através do Orçamento Participativo. Algumas obras não foram concluídas até o término do Governo Marília, mas, ao sucessor foi garantido recursos suficientes para tal desiderato.

A prefeita do centenário, como carinhosamente ficou conhecida a gestora petista, desde o primeiro dia de seu mandato levou em conta que as grandes transformações sociais têm que ser protagonizadas pelo Estado, com a implementação de grandes programas com o condão de gerarem o crescimento social e econômico almejado por todos os cidadãos. Conforme leciona Porchmann (2012):

O conhecimento da cidade segue sendo um exercício contínuo, necessário para aqueles que desejam alterar o curso da realidade, conquistando-a em favor dos desejos de um futuro comum e superior ao estágio atual. (...) Por ser o local da transformação histórica, cabe considerar a dimensão produtiva da cidade, assim como o quadro social em que se encontra. Ao

mesmo tempo, toma-se como referência a presença da administração pública no território da cidade, com serviços e equipamentos estatais disponíveis à população.

4.3- Melhoria na prestação de serviços públicos por meio de melhorias das condições dos servidores

As administrações que antecederam o Governo Marília Campos, jamais se preocuparam em desenvolver políticas salariais para os servidores públicos de carreira, mesmo porque, o Poder Público local era abarrotado de pessoas contratadas sem qualquer critério, tão somente para cumprir acordos eleitoreiros acertados ainda no período de campanha. Muitos destes servidores egressos do interior do Estado e de Cidades circunvizinhas, sequer compareciam às repartições nas quais estavam lotados, sendo que a única preocupação que tinham era a de receber o seu salário no fim do mês, sem qualquer prestação de serviços. Este processo vicioso provocou um inexorável sucateamento dos diversos serviços públicos oferecidos aos cidadãos contagenses.

Quando assumiu o poder em 2005, a petista implementou um verdadeiro programa de moralização da administração local. Milhares de funcionários irregulares foram exonerados, enxugando a folha de pagamento do Município e concursos públicos foram realizados para recrutamento de novos servidores, conforme prescreve o art. 37, II, da Constituição da República Federativa do Brasil¹¹. Com a adoção dos concursos públicos foi possível melhorar os salários, qualificar os servidores, organizar a máquina pública e, conseqüentemente, expandir e melhorar os serviços públicos oferecidos à comunidade local.

Com o fim das contratações irregulares, o número de servidores efetivos cresceu exponencialmente, passando de 6.188 (entre efetivos e comissionados) para 11.230 no fim da gestão da petista, ou seja, um crescimento de 82%. No sentido contrário, o número de servidores contratados recuou de 8.349 para 1.738, uma redução de 80%. A mudança neste cenário não foi tão somente quantitativa, mas, sobretudo qualitativa. Antes os servidores eram contratados sem qualquer avaliação

¹¹ A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

pública e por prazo indeterminado. A tabela a seguir, mostra a evolução do número de servidores efetivos do Município durante os oito anos de gestão de Marília Campos.

Tabela 6- Quantidade de servidores por tipo de vínculo (2005 a 2012)

Servidores por vínculo	2004	2012
Efetivos	5.998	10.277
Efetivos comissionados	190	301
Comissionados	607	672
Contratados	8.349	1.738
Emprego público (CLT)	-	652
Outros vínculos	51	-
Total de servidores ativos	15.195	13.640
Aposentados e pensionistas	1.212	2.876
Total geral	16.407	16.516

Fonte: Semad/PMC

Um importante Plano de Carreira foi implementado, com promoções por habilitação e desempenho e preservação dos direitos adquiridos pelos servidores, tais como quinquênios e férias prêmio. Uma política de reposição das perdas salariais sem precedentes fez com que os servidores da ativa tivessem um ganho de 64% em um período de 8 anos, mais abono previdenciário para compensar o aumento da contribuição previdenciária. Já os aposentados e pensionistas do Município tiveram um ganho da ordem de 54,8%, além de outras melhorias devido à garantia de paridade.

Outras importantes melhorias salariais foram implementadas para os profissionais da saúde com formação superior e servidores administrativos. Os professores da Rede Municipal tiveram o piso salarial fixado em R\$ 1.902,01, o maior da história, além dos quinquênios e diversas outras categorias de servidores passaram a receber gratificações majoradas. Também foram concedidos outros benefícios aos servidores, tais como, o Vale Alimentação no valor de R\$ 180,00, para uma jornada de trabalho de 36 e 44 horas semanais, ampliação da licença maternidade para as gestantes de 4 para 6 meses, vale transporte e reorganização do sistema de previdência Municipal, com a constituição de dois fundos para arcar com os seus custos. Outros avanços observados na gestão petista foram, a pontualidade no pagamento de salários, o pagamento antecipado do 13º salário e pagamentos de

passivos trabalhistas a servidores ativos e inativos, bem como a redução nas jornadas de trabalho, o que impactou na melhoria dos serviços prestados aos cidadãos.

A política de valorização dos servidores municipais é algo inquestionável nos oito anos do Governo petista em Contagem e pode ser aferida a partir da análise dos gastos com pessoal. Entre os anos de 2004 e 2012, as despesas do Município com a sua folha de salário saltou de R\$ 196,640 milhões para R\$ 493,638 milhões, um crescimento de 151%, sendo que o crescimento da receita pública neste período foi da ordem de 160%. O comprometimento das despesas de pessoal em relação à receita corrente líquida do Município passou, no período de oito anos de Governo, de 50,02% para 48,19%, ficando, portanto, dentro do limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal¹².

A seguir, a demonstração dos números que denotam a evolução do investimento público em pessoal, sem, contudo, comprometer a chamada austeridade fiscal imposta pelo diploma legal acima referido.

Tabela 7- Evolução das despesas e percentual da receita corrente líquida – em milhares de reais – 2004 a 2012

Ano	Despesas de pessoal	Aumento anual (%)	% da receita corrente líquida
2004	196.640	-	50,02
2005	213.770	8,71	47,95
2006	236.272	10,53	47,09
2007	267.999	13,40	47,53
2008	294.430	9,87	44,18
2009	326.623	10,90	48,10
2010	370.122	13,30	45,74
2011	421.830	14,00	46,78
2012	493.638	17,00	48,19

Fonte: Sefaz/PMC

¹² A Lei Complementar 101, prescreve em seu art. 19, III, que os gastos do Município com pessoal não poderá exceder à 60% da sua receita corrente líquida.

5. A GESTÃO DEMOCRÁTICA-POPULAR NO GOVERNO MARÍLIA CAMPOS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Desde quando assumiu o Governo de Contagem, no dia 1º de janeiro de 2005, a prefeita Marília Campos tinha a exata noção do tamanho da dificuldade que iria enfrentar na tentativa de implementar um ousado plano de desenvolvimento social e econômico, de sorte a não frustrar a imensa expectativa criada em torno de sua administração pelos milhares de cidadãos que garantiram o seu êxito nas urnas. A prefeita eleita sabia que os desafios seriam enormes, principalmente em razão da complicada situação das contas públicas do Município, que nos anos anteriores apresentavam sucessivos déficits, sobretudo pela gestão desastrosa de administrações irresponsáveis que abriram mão de receitas próprias, por meio de isenção de tributos, simplesmente para obterem prestígio político junto às camadas mais humildes, quase levando o ente federativo à bancarrota. A renúncia ao IPTU residencial em um Governo tucano anterior comandado por Ademir Lucas era o grande vilão do desequilíbrio das contas públicas, contudo, a prefeita recém-eleita nada poderia fazer para retomar a cobrança do referido tributo, pois, seria naquele momento uma medida considerada impopular muito perigosa que poderia inviabilizar a sua administração.

Mais do que ter ciência do desfavorável cenário econômico que lhe fora entregue pelos seus antecessores, a petista tinha a convicção de que o fracasso do seu projeto de governo poderia significar um questionamento sem precedentes do próprio programa de governo progressista que estava sendo implementado no plano nacional naquele momento no primeiro mandato do ex Presidente Lula, uma vez que as gestões petistas sempre foram olhadas como desconfiança por boa parte da população, por conta de uma má influência da mídia tradicional.

Neste sentido, a única forma de superar toda a adversidade apresentada era estabelecer com a sociedade contagemense um grande pacto em prol da governança, envolvendo os cidadãos nos processos de discussão e decisão em torno das políticas públicas necessárias ao desenvolvimento local. Esta radicalização ou aprofundamento da democracia participativa proposta pela prefeita recém-eleita foi o grande diferencial para que a Cidade superasse os antigos problemas e desse um grande salto de qualidade, beneficiando todo o conjunto da população.

Aliás, em conformidade com a tendência das administrações mais modernas e progressistas, depois de superadas as dificuldades de início de gestão, Marília propôs um grande pacto pela retomada do crescimento do Município, dividindo, assim, a responsabilidade do desenvolvimento da Cidade de Contagem com a sociedade civil, sob a perspectiva de que os assuntos e interesses antes restritos aos gabinetes e às equipes de governo deveriam ser socializados com todos aqueles que seriam atingidos diretamente pelas ações governamentais. Franco (2002, p. 55) chama a atenção para a importância destes novos arranjos socioinstitucionais para o desenvolvimento local.

Compartilhar com a sociedade civil as tarefas de desenvolvimento social, incorporar as visões e as razões da sociedade nos assuntos antes reservados aos governos, significa aumentar a possibilidade e a capacidade de as populações influírem nas decisões públicas – empoderar as comunidades, distribuir e democratizar o poder.

A petista tinha a plena convicção que para que se potencializasse a participação efetiva da comunidade contagense no processo de construção de uma agenda positiva de políticas públicas, seria necessário a adoção de estratégias de planejamento e gestão compartilhada do processo de desenvolvimento que permitisse à população, por meio da experiência prática, o aprendizado necessário para que fosse capaz de identificar potencialidades, oportunidades, vantagens comparativas e competitivas, problemas, limites e obstáculos ao seu desenvolvimento, para que, assim, pudesse estabelecer metas, definir estratégias e prioridades, monitorar e avaliar resultados, ou seja, adquirir a capacitação necessária para planejar e gerenciar, de forma compartilhada, o processo de desenvolvimento local. Estas estratégias de planejamento e gestão compartilhada contribuem para o crescimento do capital humano e do capital social, empoderando a população local e facilitando a conquista da boa governança, condições estritamente necessárias para o desenvolvimento almejado.

Seguindo esta lógica de governança, Marília criou o Orçamento Participativo e administrou Contagem ao lado da população, com frequentes reuniões com a comunidade e estímulos a auto-organização da sociedade em torno de suas reivindicações. Contagem viveu nos oito anos de administração petista um intenso processo de participação e ocupação dos espaços públicos, sendo que a população passou a ocupar importantes assentos nos foros de discussão e definição das

políticas necessárias ao crescimento da Cidade. Foram definidas 139 obras de investimentos nas oito regiões da Cidade.

O Orçamento Participativo, muito mais do que um simples arranjo socioinstitucional voltado para a gestão, mostrou-se um verdadeiro mecanismo de educação da sociedade contagense no que toca ao funcionamento da complexa máquina chamada administração pública. Dessa forma, a população aprendeu que a contratação de serviços e bens públicos sucede a um necessário processo de licitação. A importância do Plano Diretor e de quais são as metodologias para a construção de uma política habitacional, são outros ensinamentos importantes possibilitados pelo OP, além de se configurar em uma forma de planejamento com a participação popular que promoveu a transparência da gestão, algo tão buscado nos dias atuais nos quais os administradores são “*chamados*” a exercerem seu *múnus* com responsabilidade, pena de sofreram os rigores da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A definição das obras prioritárias se dava em três etapas. Na primeira, eram realizadas reuniões nas quais os participantes recebiam formulários para indicação das obras e o caderno contendo as regras de funcionamento do Orçamento Participativo. De posse dos formulários, os interessados deveriam chamar seus vizinhos e com eles definir a obra a ser priorizada. A deliberação da maioria era constada do formulário e passava-se à etapa seguinte. As diversas obras eram submetidas à nova votação, de sorte a se definir aquelas consideradas prioritárias. Demais disso, eram eleitos representantes das diversas comunidades envolvidas para participarem da terceira e última fase. Neste momento, os delegados eleitos aprovavam as obras previamente definidas e indicavam os participantes do Conselho do Orçamento Participativo, órgão composto para acompanhar e fiscalizar o andamento das obras eleitas.

O quadro a seguir é um espelho resumido das obras prioritárias e eleitas para a execução durante o mandato de Marília Campos nas diversas áreas temáticas em Contagem.

Tabela 8- Obras definidas pelo Orçamento Participativo

Tipos de obras	Quantidade
Pavimentação/Drenagem	37

Áreas de lazer/praças/parques	19
Educação: Cemei, reformas, etc	18
Saúde: Maternidade, reforma de postos, etc	13
Equipamentos de esportes	12
Drenagem pluvial	08
Abertura de ruas	08
Obras áreas de risco	05
Plano Integrado - PIIN	05
Passarelas	03
Revitalização de rua	02
Construção escadas/muros de arrimo	02
Habitação	02
Outros	05
Total obras aprovadas	139

Fonte: Secretaria Municipal Adjunta de Orçamento Participativo

A junção das ideias de participação popular e desenvolvimento social foram fortemente acentuadas na gestão democrático-popular em Contagem, sob a perspectiva de que só se desenvolve a partir da radicalização ou aprofundamento da democracia participativa, quando os cidadãos se transformam nos verdadeiros protagonistas dos seus objetivos. Segundo Silveira (2004).

Tais enfoques referem-se a práticas e dinâmicas que estão longe de se esgotar na simples escolha eleitoral dos governantes e não reduzem ao âmbito do Estado, mas envolvem necessariamente a ampliação da esfera pública e dos espaços de participação social. Discute-se, aqui, o tema da relação entre Estado e sociedade civil: é o processo de extensão da cidadania que amplia a dimensão pública para além do domínio do Estado. A construção de esferas públicas não limitadas ao Estado corresponde a um alargamento que envolve a articulação entre Estado e sociedade civil – o que é rigorosamente distinto das ideias e práticas de desresponsabilização, de terceirização ou privatização do Estado. Nessa visão, o Estado é visto como articulador necessário e insubstituível, mas não como promotor primordial e exclusivo do desenvolvimento.

Outro traço importante do governo democrático-popular foi a institucionalização da participação da sociedade civil nos diversos conselhos representativos existentes na Cidade. Vários conselhos importantes foram criados, a exemplo do Orçamento Participativo, Pessoas com Deficiência, Segurança Alimentar, Defesa Social, Direitos do Consumidor. Outros tantos conselhos já existentes,

entretanto, esvaziados, inoperantes ou desativados foram reativados, o que permitiu a democratização da gestão pública na cidade.

Os conselhos em funcionamento durante o Governo Marília Campos, conforme dados coletados nas diversas Secretarias, eram os seguintes: Conselho de Educação, Conselho Municipal do Fundeb, Conselho Municipal de Alimentação Escolar, Conselho Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Saúde, Conselhos Distritais de Saúde (7 implantados), Conselhos Locais de Saúde (diversos implantados), Conselho Municipal de Defesa Social, Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal da Pessoa Idosa, Conselho Municipal da Mulher, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência, Comissão Municipal do Trabalho, Conselho Municipal de Segurança Alimentar, Dois Conselhos Regionais das Cozinhas Comunitárias, Seis Conselhos Tutelares, Conselho Municipal de Transporte, Conselho Municipal de Meio Ambiente, Conselho Municipal de Habitação, Conselho Permanente de Uso e Ocupação do Solo, Conselho Municipal de Política Urbana, Duas Comissões Paritárias nas feiras, Conselho de Desenvolvimento Econômico, Conselho Diretor do Cinco, Conselho Municipal de Prioridades Orçamentárias (OP), Núcleo de Defesa Civil (diversos implantados), Conselho Municipal de Políticas de Pessoal, Conselho Municipal sobre Álcool e outras Drogas e noventa e três Conselhos Escolares.

Outro espaço de exercício da democracia participativa a ser destacada no Município de Contagem durante os anos de gestão do Partido dos Trabalhadores foram as conferências, nas quais as políticas públicas eram discutidas pela comunidade e eram propostas metas para os exercícios seguintes. Durante os oito anos de mandato, a prefeita petista realizou 39 conferências municipais nas mais diversas áreas temáticas, com maciça participação popular, o que norteou a execução de várias ações governamentais.

As conferências realizadas em Contagem de 2005 a 2012 foram: 1ª e 2ª Conferências Municipais de Educação, 1ª Conferência Municipal de Cultura, 1ª e 2ª Conferências Municipais do Esporte, 4ª, 5ª e 6ª Conferências Municipais de Saúde, 1ª Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador, 1ª Conferência Municipal de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, 1ª Conferência Municipal de Saúde Mental, 1ª Conferência Municipal de Saúde Mental e Atenção Básica, 1ª Conferência Municipal

de Defesa Civil, 1ª e 2ª Conferências Municipais de Defesa do Consumidor, 1ª e 2ª Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres, 1ª e 2ª Conferências Municipais de Igualdade Racial, 1ª, 2ª e 3ª Conferências Municipais da Pessoa Idosa, 1ª Conferência Municipal LGBT, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Conferências Municipais de Assistência Social, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Conferências Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes, 1ª e 2ª Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, 1ª e 2ª Conferências Municipais da Cidade, 1ª Conferência Municipal de Política Urbana, 1ª Conferência Municipal de Políticas sobre Álcool e outras Drogas e 2ª Conferência Municipal de Pessoas com Deficiência.

A gestão democrático-popular implementada no Governo Marília Campos sempre levou em conta que a participação cidadã nas decisões acerca dos rumos da Cidade e o controle social das políticas públicas são conquistas escritas no texto da Constituição Federal após décadas de lutas travadas por movimentos sociais e outros setores da sociedade organizados, a partir de demandas por mais direitos e melhores condições de vida.

Seguindo os modelos das primeiras e exitosas experiências de governos municipais do Partido dos Trabalhadores, em Contagem foram implementados inéditos canais institucionais de participação popular, criando o que se convencionou chamar de “modo petista de governar”, inaugurando na Cidade uma nova forma de relação entre governo e sociedade civil, sobretudo de um intenso diálogo com os movimentos sociais, historicamente excluídos pelos governos anteriores dos processos de tomada de decisões.

CONCLUSÃO

Durante os dois mandatos de Marília Campos, Contagem experimentou um momento ímpar de crescimento jamais visto na sua centenária história, com a ampliação do papel da administração pública local como articuladora e grande financiadora do desenvolvimento social e econômico, seguindo uma nova tendência de Estado de bem estar social que começou a ser implantado na esfera nacional com o ex-presidente Lula, em rota completamente oposta ao Estado Mínimo que marcou os governos neoliberais precedentes de Collor e Fernando Henrique Cardoso, partidários das teses desenvolvidas e disseminadas mundo à fora pelos pupilos do economista Milton Friedman¹³.

Nesta senda, o Governo petista devolveu à população de Contagem o seu constitucional "direito a cidade", premissa básica que norteou a elaboração e execução das várias políticas públicas aspiradas há décadas, garantindo ao conjunto de cidadãos de todas as regiões da Cidade de habitarem num local onde a municipalidade disponibilizasse todos os meios indispensáveis para uma vida de qualidade, com acesso a todos os equipamentos e bens públicos necessários a tal desiderato.

Sem se descuidar das ações que deveriam ser praticadas no dia a dia, a petista lançou seus olhos ao futuro, sabendo, mesmo nos momentos de maiores dificuldades, transformar problemas de difícil resolução em grandes oportunidades e aplicando os recursos do erário com austeridade e responsabilidade, sempre em busca de cumprir o seu compromisso de campanha de Governar com o povo e para o povo de Contagem. Esta conduta proba de Marília lhe rendeu várias condecorações e homenagens, tendo entregue ao seu sucessor em 1º de janeiro de 2013, a administração muito melhor do que tinha recebido das mãos dos tucanos oito anos antes, desta feita uma Prefeitura superavitária e com recursos empenhados para a execução de importantes obras públicas no Município, que somadas às centenas de outras concluídas ainda em sua gestão melhoraram exponencialmente a vida dos cidadãos contagenses.

¹³ Foi um dos mais destacados economistas do século XX e um dos mais influentes teóricos do liberalismo econômico. Principal apóstolo da Escola Monetarista e membro da Escola de Chicago, além de defensor do laissez faire e do mercado livre, Friedman teve muitas de suas ideias aplicadas na primeira fase do governo Nixon, em boa parte do governo Ronald Reagan e no governo chileno de Augusto Pinochet.

Mesmo liderando um governo de coalizão, composto pelo PT e vários outros partidos que contribuíram com o êxito alcançado durante o processo eleitoral, Marília com bastante habilidade conseguiu conduzir sua gestão a partir de um planejamento público integrado, mesmo tendo várias Secretarias ocupadas por representantes de ideologias diversas e, portanto, com visões distintas de administração, quando não contraditórias. Estas diferenças ideológicas que acabam muitas vezes fazendo com que a consecução de um plano de gestão integrado e do planejamento se torne algo quase impossível de ser elaborado.

Entretanto, em Contagem foi diferente, as prioridades de governo foram eleitas e com a ocupação das principais pastas como saúde, educação, desenvolvimento urbano e educação, as quais seriam destinadas as principais políticas de governo, por pessoas do próprio Partido dos Trabalhadores ou de outras siglas alinhavadas com o poder central, portanto, com o mesmo projeto político, foi elaborado um plano de gestão e planejamento integrado, que possibilitou a construção de uma importante agenda de políticas públicas à imagem e semelhança do plano de governo apresentado à população no período eleitoral, base dos programas e obras realizadas durante os oito anos da gestão petista no Município.

Outra dimensão importante da ação do governo do PT em Contagem foi a realização de políticas de valorização do funcionalismo público que contribuíram para maior qualificação dos profissionais e uma consequente melhoria nos serviços públicos prestados aos cidadãos.

Pelo curto tempo de experiência democrática vivida no Brasil após a deposição do regime de exceção, infelizmente, a participação dos cidadãos brasileiros na tomada de decisão acerca das políticas públicas que devem ser implementadas pelo Estado com o fito de melhorar as suas condições de vida é consideravelmente modesta. A grande maioria dos modelos de gestão pública levadas a cabo por cada grupo político que governa um Estado ou um Município da Federação sempre buscou promover esta segregação da participação dos atores sociais na tomada de decisões. Esta é, por exemplo, uma característica dos governos tucanos e dos seus aliados políticos, que jamais governaram olhando os interesses maiores da sociedade brasileira e, sim, os seus próprios interesses, o que é algo incompatível com as gestões democráticas.

Em Contagem a administração do Partido dos Trabalhadores rompeu com este modelo de Estado arcaico e ditatorial, radicalizando e ampliando a democracia popular, com o envolvimento do conjunto da sociedade em vários fóruns de discussão, seja por meio do Orçamento Participativo, seja através de conferências nas diversas áreas temáticas ou nos vários conselhos, possibilitando a participação de cidadãos comuns na tomada de decisões acerca dos temas mais relevantes para o desenvolvimento do Município, o que trouxe valorização às opiniões exaradas fora dos muros da administração local, pelo conjunto da sociedade civil, seguindo o conhecido jargão popular de que “*a voz do povo é a voz de Deus*” e possibilitando que os próprios administrados se tornassem protagonistas na construção de uma Cidade melhor para todos, principalmente para as futuras gerações.

A experiência petista à frente do Município de Contagem assegurou condições efetivas para que diversos setores da população pudessem participar do processo de tomada de decisões. A tanto foram feitos investimentos em processos de formação, com o objetivo de qualificar a participação e a representação, por meio da socialização de informações e conhecimentos necessários à compreensão sobre políticas públicas e seu financiamento.

Este legado da ampliação da democracia popular em Contagem, aliás, um traço marcante das administrações do PT é fundamental para que os cidadãos tenham a capacidade de compreender a imprescindibilidade do seu papel dentro da estrutura do Estado como algo importante e necessário no processo de transformação social do nosso País, que necessariamente perpassa pelo desenvolvimento de suas células que são as Cidades, em busca do objetivo maior que é romper com o paradigma de Estado Herdado pela sua total incapacidade de dar respostas efetivas às aspirações da sociedade e atingir o ideal Estado Necessário, este sim, capaz de dar vazão a todos os anseios de seu povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, José Prata. O Legado de Marília em Contagem. Contagem: BIS Editora Ltda., Caderno 1, 2013.
- _____ Contagem mais justa e com mais oportunidades. BIS Editora Ltda., Caderno 2, 2013.
- _____ Um marco no desenvolvimento urbano. BIS Editora Ltda., Caderno 3, 2013.
- _____ Marília investiu nas oito regiões de Contagem. BIS Editora Ltda., Caderno 4, 2013.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial, Brasília, DF, 5 out. 1988. Poder Executivo.
- BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 3 ago.2010. Poder Executivo.
- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4, de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 5 mai.2000. Poder Executivo.
- CONTAGEM. Lei Complementar nº 33 de 26 de dezembro de 2006. Institui o Plano Diretor do Município de Contagem e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Contagem, MG, 29 dez. 2006. Poder Executivo.
- FORÇA SINDICAL. São Paulo. Homepage. Disponível em: http://www.fsindical.org.br/portal/institucional.php?id_con=9438. Acesso em: 9 abr. 2014.

- FRANCO, A. *Pobreza & Desenvolvimento local*. Brasília: Editora AED, 2002.

- GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Homepage. Disponível em: http://www.metropolitana.mg.gov.br/system/attachments/146/original/2013_02_06_PLANO-ETROPOLITANO-RES%C3%8DDUOS-%C3%93LIDOSS_v20.pdf?1366984875. Acesso em 25 abr. 2014.

- INFOESCOLA. Homepage. Disponível em: <http://www.infoescola.com/geologia/risco-geologico/>. Acesso em 23 abr. 2014.

- POCHMAN, M. *Reconquistar a Cidade: o conhecimento como estratégia das mudanças*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

- SILVEIRA, Caio Márcio e COSTA REIS, Liliane. *Expo Brasil Desenvolvimento Local*. Edição 2003. Rio de Janeiro: Editora Rits, 2004.

- TRATA BRASIL. Homepage. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/quem-somos>. Acesso em 23 abr. 2014).

- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Homepage. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2004/resultado-da-eleicao-2004>. Acesso em 10 abr. 2014.

- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Homepage. Disponível em: http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est_result/resultadoEleicao.htm. Acesso em 10 abr. 2014.

- WIKIPÉDIA. Homepage. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_unidades_federativas_do_Brasil_por_IFD M. Acesso em 10 abr. 2014.

- WIKIPÉDIA. Homepage. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Milton_Friedman. Acesso em 8 mai. 2014.

- WIKIPÉDIA. Homepage. Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_dormit%C3%B3rio. Acesso em 10 abr. 2014.